

Vida Económica

09-02-2018

Periodicidade: Semanal

Classe: Economia/Neócios

Âmbito: Nacional

Tiragem: 26000

Temática: Sociedade

Dimensão: 963 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 6/7

FÓRUM PARA A COMPETITIVIDADE E AESE BUSINESS SCHOOL DEBATERAM ESTRATÉGIA DO CRESCIMENTO ECONÓMICO NO OE2018

Portugal tem de crescer 3% ao

Um crescimento económico de 3% para os próximos 10 anos foi a meta que prevaleceu como ideal para Portugal entre os participantes no seminário “Orçamento do Estado 2018 – Como se enquadra numa Estratégia de Crescimento a Médio Prazo”, realizado pelo Fórum para a Competitividade e pela AESE Business School. Alcançar este crescimento melhoraria substancialmente as condições de vida dos portugueses, todavia Portugal, ainda tem de evoluir nos vários fatores de atração ao investimento.

DORA TRONÇÃO

Apesar de não ser “realista procurar taxas mais elevadas [de crescimento anual], menos de 3% é uma opção irresponsável”, afirmou o presidente do Fórum para a Competitividade, Pedro Ferraz da Costa, durante o Seminário sobre o Orçamento do Estado de 2018, realizado no âmbito do Fórum para a Competitividade/AESE Business School. E questionou, lembrando que “se no período de 2010-2016 tivemos tantos setores a crescer acima de 5%, apesar da conjuntura europeia e dos mercados emergentes, da situação da banca e dum rating de lixo, por que não haveremos de crescer



O Fórum para a Competitividade concentrou-se, no último ano, na construção duma estratégia para os próximos 10 anos.

mais?”, sendo “certo que a Europa não é uma zona muito dinâmica. Nesse período, Malta, Eslovénia e República Checa juntaram-se à Eslováquia, Estónia e Lituânia, formando o grupo dos que nos [Portugal] ultrapassaram em PIB per capita, em paridade de poder de compra”

e “virão a seguir a Polónia, a Malásia, a Hungria e a Letónia”.

O Fórum para a Competitividade concentrou-se, no último ano, na construção duma estratégia para os próximos 10 anos, avançando com um cenário de mudança estrutural, com o objetivo de

crescer sustentadamente precisamente pelo menos 3% em média anual.

“A proposta é cautelosa, pois que sabemos que, para além do apoio do Presidente da República, não é de prever que o Governo esteja interessado em suportar os custos políticos que qualquer reforma

INTERVENIENTES



Pedro Braz Teixeira:

Como um crescimento económico de 3% ao ano, nos próximos 10 anos, o “desemprego desceria muito mais rapidamente, os salários reais subiriam muito mais e o rendimento das famílias seria muito superior”. A par disso, “dívida pública cairia de 126% do PIB, em 2017, para abaixo dos 80% do PIB” e “a dívida externa cairia de 103% do PIB, em 2017, para menos de 70% do PIB”.



José Ramalho Fontes:

Há que, por um lado, “privilegiar a continuidade e estabilidade das medidas” e, por outro, “não desistir de ter orçamentos plurianuais, resultado de compromissos nacionais sérios, para o futuro”. “Os resultados desta solução de governo são bons, sem dúvida, e a estabilidade alcançada é maior que há um ano, embora apenas à superfície. Sabendo que não há soluções perfeitas é com esta que temos de viver neste horizonte orçamental, bastante reduzido, mas real.”



Pedro Ferraz da Costa:

Não fora este o enquadramento, Portugal “poderia e deveria ambicionar mais” porque “um país com o nosso nível de endividamento ou entra em default no pagamento da dívida, destruindo os bancos portugueses que a detêm em grande parte e desistindo do acesso ao crédito externo ou cresce sustentadamente acima da taxa de juro que paga e ninguém esperará que ela não suba num horizonte temporal curto”.

ano até 2028

“Em termos estruturais, não se faz trabalho adequado às profundas mudanças a que teremos de responder a 10 ou 20 anos de prazo”

sempre implicará”, sublinhou, fazendo a ressalva de que “destas considerações não se poderá concluir que duvidemos que o Governo saiba que são necessárias há muitos anos – mesmo que não queira ou não possa reconhecê-lo –, mas o crescimento nunca foi prioridade suficiente para as fazer e o jogo é muito mais o de decidir a quem tirar e a quem dar no prazo das próximas eleições”.

Não fora este o enquadramento, Pedro Ferraz da Costa considera que Portugal “poderia e deveria ambicionar mais” porque “um país com o nosso nível de endividamento ou entra em default no pagamento da dívida, destruindo os bancos portugueses que a detêm em grande parte e desistindo do acesso ao crédito externo, ou cresce sustentadamente acima da taxa de juro que paga e ninguém esperará que ela não suba num horizonte temporal curto”.

Portugal desperdiça “condições conjunturais únicas”

Para o Presidente do Fórum para a Competitividade, Portugal tem tido “condições conjunturais únicas, petróleo barato, juros baixíssimos, liquidez abundante, euro menos forte e crescimento nos mercados desenvolvidos e emergentes e não aproveitámos para atrair investimento direto estrangeiro, reestruturar a administração pública e amortizar a dívida externa, em vez de a deixar crescer”.

“Os indicadores internacionais identificam todos, e há anos, os mesmos fatores mais problemáticos para o enquadramento da vida das empresas em Portugal: taxas de imposto; burocracia ineficiente; instabilidade das políticas públicas; regulação laboral restritiva e criadora de um sistema dual no mercado de trabalho, penalizando os mais jovens, e alterações constantes nas regras da fiscalidade”, explica.

“A política contida no Orçamento do Estado não contém nenhuma medida destinada a combater estes problemas e, em termos estruturais, também não se faz trabalho adequado às profundas mudan-

ças a que teremos de responder a 10 ou 20 anos de prazo e somos cada vez mais um País sem rumo, que o mesmo é dizer sem futuro”, conclui.

Mais emprego, melhores salários e mais rendimento familiar

Pedro Braz Teixeira, investigador do Nova Finance Center (Nova School of Business and Economics), à semelhança do Presidente do Fórum para a Competitividade, apontou “como meta os 3% de crescimento económico dos próximos 10 anos”, pois o “desemprego desceria muito mais rapidamente, os salários reais subiriam muito mais e o rendimento das famílias seria muito superior”.

O investigador sublinhou ainda que, “caso o crescimento nos próximos 10 anos fosse de 3%, a dívida pública cairia de 126% do PIB, em 2017, para abaixo dos 80% do PIB” e “a dívida externa cairia de 103% do PIB, em 2017, para menos de 70% do PIB”.

Fazendo um ponto da situação atual, Braz Teixeira lembrou que “o PIB ainda não recuperou o nível de 2007” e que, “desde 2012, subiu 7,4%” e que “o emprego teve uma subida de 7,5%” (dados do 2º trimestre deste ano).

O Investigador da Escola de Negócios sublinhou, todavia, que dos resultados de uma análise feita pelo World Economic Fórum (WEF), entre 2016 e 2017, Portugal apresentou melhores resultados no que se refere ao “combate à corrupção, à qualificação de mão de obra, regulações fiscais, assim como estabilidade política”, mantendo, todavia, “elevados níveis de burocracia e taxas de impostos, além de regulação laboral e acesso a financiamento difíceis”, sendo estes “obstáculos ao investimento observados individualmente pelo WEF”.

“Não desistir de orçamentos plurianuais”

O presidente da AESE, José Ramalho Fontes, defende, por um lado, “privilegiar a continuidade e estabilidade das medidas e, por outro, não desistir de ter orçamentos plurianuais, resultado de compromissos nacionais sérios, para o futuro”.

“Os resultados desta solução de governo são bons, sem dúvida, e a estabilidade alcançada é maior que há um ano, embora apenas à superfície”, sublinha. “Sabendo que não há soluções perfeitas, é com esta que temos de viver neste horizonte orçamental, bastante reduzido, mas real.”

E conclui, a propósito do trabalho de base sobre o orçamento de Estado que foi realizado, como habitualmente, pelo Fórum para a Competitividade, “já com uma longa experiência nesta área, é de justiça agradecer-lhes esta parceria”.